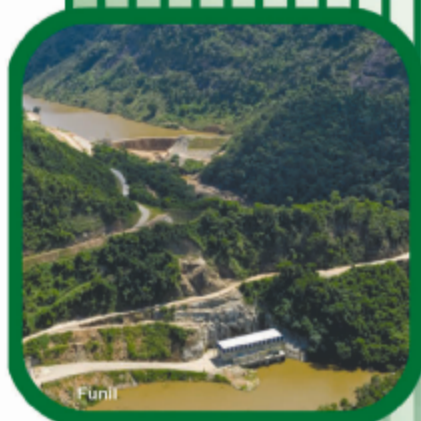




BRASIL PCH

Demonstrações Contábeis - 2013





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

GERAÇÃO DE ENERGIA

O Parque Gerador do Grupo BPCB - composto por 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas - foi responsável, em 2013, pela geração líquida anual de 1.418.538,06 MWh, montante inferior em 2,43% a geração verificada em 2012 (1.453.906 MWh). A redução deve-se, majoritariamente, a menor afluência de água nas bacias hidrográficas onde estão localizadas as PCHs. Cabe ressaltar que a capacidade de geração da BRASIL PCH permite atender a demanda de um município com aproximadamente 2,6 milhões de habitantes. No que se refere à Disponibilidade Média Consolidada das PCHs, em 2013 o indicador interno atingiu 96,53%, influenciado principalmente pela necessidade de reparos na PCH Bonfante, Construção de Dique Defletor de Detritos na PCH Jatá. Em 2012, a Disponibilidade Média havia sido de 99,0%. Todas as PCHs estão submetidas à Portaria MME 463/2009. Em 2013 apenas a PCH Fúnil teve a sua garantia física revisada para menor em 10%. A companhia interpôs recurso administrativo contra tal revisão que encontra-se em trâmite junto ao MME.

COMERCIALIZAÇÃO DA ENERGIA GERADA

A energia comercializada com o PROINFA em 2013 foi de 1.673.250 MWh, superior ao do exercício de 2012 (1.659.953,70), em razão do aumento da garantia física das PCHs Jatá e Retiro Velho. O Faturamento Bruto do exercício de 2013 foi da ordem de R\$ 337,0 milhões, superior em 8,2% ao do exercício de 2012 (311,4 milhões). O Faturamento é composto por uma parcela fixa (garantia física, excluindo o consumo interno e perdas de conexão) e outra variável (ajuste do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia). Em 2013, o resultado do reajuste do MRE foi influenciado pela sazonalização "ex-post" da garantia física para os meses de janeiro e fevereiro de 2013, gerando um impacto negativo de R\$ 17,9 milhões, apurado e divulgado até o mês de outubro/2013. Para o exercício de 2013 estima-se resultado negativo da ordem de R\$ 13,0 milhões.

SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL

Dado os riscos envolvidos nas atividades de geração de energia elétrica, em 2013 deu-se continuidade a revisão das instalações de todo o Parque Gerador, que culminou com a implementação de adaptações e melhorias, bem como, aperfeiçoamento das práticas internas de segurança mediante treinamento do quadro de colaboradores.

MEIO AMBIENTE

O Grupo BRASIL PCH vem observando os Planos Ambientais decorrentes de condicionantes das Licenças de Operação de suas PCHs. Em 2013, foram aplicados aproximadamente R\$ 4,8 milhões em atividades e ações relacionadas à preservação do Meio Ambiente, contribuindo de forma direta para a preservação do entorno dos empreendi-

mentos e ampliação do conhecimento científico nas regiões onde estão inseridas, através da implantação de diversos programas e instrumentos capazes de permitir a prática cidadã e a integração da companhia, com o meio ambiente e as comunidades locais.

RECURSOS HUMANOS

O Grupo BRASIL PCH fechou o exercício de 2013 com quadro de pessoal composto por 164 colaboradores, com crescimento de 11 postos de trabalho em relação ao ano anterior, o que corresponde a uma variação de 7,2%. Esse incremento deve-se principalmente a contratação de auxiliares de manutenção para compor as equipes de trabalho em regime de turno 24hs nas PCHs Monte Serrat, Irara e Retiro Velho.

SEGUROS

A empresa mantém seguro para suas operações. Os valores segurados tem por base o laudo de avaliação elaborado por empresa especializada para fins de cobertura de seguro.

TERRAS

A empresa contratou consultores e escritório de advocacia especializados em desapropriação de terras, com vista a agilizar os trâmites de regularização de áreas onde foram construídas as PCHs.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em 2013 deu-se continuidade ao processo de implantação dos módulos de Compras (Portal do Fornecedor), Estoque e Gestão de Contratos, bem como da ferramenta ECM (Controle Eletrônico de Documentos e Workflow dos processos), com previsão de conclusão no 1º semestre de 2014. Também foi realizado o investimento em infraestrutura de banco de dados, garantindo substancial melhoria de segurança, integridade e disponibilidades das informações.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 2013, a BRASIL PCH apurou Lucro Líquido de R\$ 70,7 milhões, apresentando uma evolução de 46,7% em relação a 2012 (R\$ 48,2 milhões), ano em que a empresa apresentou o melhor resultado de sua história. O resultado do exercício foi influenciado negativamente pelo ajuste do MRE, mencionado no tópico relativo à Comercialização. Foram mantidos os mesmos critérios contábeis do exercício anterior. A Geração Operacional de Caixa foi da ordem de R\$ 281,7 milhões, superior em 12,6% ao montante do exercício de 2012 (R\$ 250,1 milhões).

A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL E CONSOLIDADO LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12			31/12/13	31/12/12		
Circulante		245.201	208.133	164.291	145.159	Fornecedores		99.208	77.925	211.005	186.019
Caixa e equivalentes de caixa	6	110.139	88.754	124.095	98.740	Empréstimos - PETROS	15	78.059	67.318	8.794	19.884
Contas a receber	7	-	48	36.232	42.084	Financiamentos - BNDES	14	-	-	83.137	83.935
Dividendos a receber	10	132.596	116.495	-	-	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		21	18	326	244
Adiantamentos a funcionários		-	-	156	132	Impostos e contribuições a recolher		21	19	2.565	2.583
Impostos a compensar		2.453	2.835	2.716	3.641	Provisão para férias e 13º salário		-	-	1.544	1.250
Despesas antecipadas		13	1	961	524	Outras obrigações		172	143	1.069	460
Adiantamentos diversos		-	-	131	38	Receita Diferida	18 e 21	-	-	14.623	-
Não Circulante		590.488	582.273	1.300.195	1.280.030	Dividendos a pagar	16	16.780	5.917	16.780	5.917
Ativos vinculados - BNDES	8	-	-	65.657	71.579	Dividendos a pagar ações preferenciais	16	4.108	4.428	4.108	4.428
Impostos e contribuições diferidas	18 e 21	-	-	984	-	Não Circulante		558.321	547.645	1.112.122	1.120.939
Impostos a compensar		2.242	2.400	2.242	2.400	Financiamentos - BNDES	14	-	-	494.496	573.294
Depósitos judiciais	9	-	-	8.895	7.515	Empréstimos - PETROS	15	544.220	533.544	544.220	533.544
Investimentos	10	551.193	535.067	-	-	Provisões para compromissos futuros	24	-	-	59.305	-
Imobilizado	11	145	218	1.202.913	1.197.888	Dividendos a pagar ações preferenciais	16	14.101	14.101	14.101	14.101
Intangível	12	355	462	19.504	648	Patrimônio Líquido	16	178.160	164.836	141.359	118.231
Diferido	13	36.553	44.126	-	-	Capital social		109.032	109.032	109.032	109.032
Total do Ativo		835.689	790.406	1.464.486	1.425.189	Reserva de capital		16.888	16.888	16.888	16.888
						Reserva legal		9.274	5.741	9.274	5.741
						Reserva especial		-	5.528	-	5.528
						Reserva de retenção de lucros		42.966	27.647	6.165	27.647
						Prejuízos acumulados		-	-	-	(46.605)
						Total do Passivo		835.689	790.406	1.464.486	1.425.189

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO INDIVIDUAL E CONSOLIDADO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Receita Líquida de Vendas	18	-	-	310.654	300.073
Custos da Venda de Energia		-	-	(73.259)	(69.094)
Pessoal		-	-	(13.098)	(11.205)
Meio ambiente		-	-	(4.702)	(3.288)
Operação		-	-	(4.594)	(6.280)
Manutenção		-	-	(6.741)	(3.849)
Taxas setoriais		-	-	(776)	(873)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		-	-	(4.236)	(5.363)
Seguros		-	-	(2.406)	(1.555)
Depreciação e amortização		-	-	(33.440)	(33.260)
Outros custos		-	-	(3.266)	(3.421)
Lucro Bruto		-	-	237.395	230.979
Despesas Operacionais		154.984	136.367	(18.932)	(15.619)
Pessoal	19	(2.492)	(2.388)	(9.343)	(8.865)
Despesas administrativas e gerais	19	(180)	(233)	(3.599)	(3.622)
Amortização de despesas pré operacionais		(7.760)	(7.731)	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	10	165.722	146.962	-	-
Outras despesas operacionais, líquida	19	(306)	(243)	(5.990)	(3.132)
Lucro antes do Resultado Financeiro		154.984	136.367	218.463	215.360
Despesas financeiras	20	(89.616)	(93.068)	(140.973)	(157.024)
Receitas financeiras	20	5.286	4.890	12.789	12.829
Resultado Financeiro	20	(84.330)	(88.178)	(128.184)	(144.195)
Lucro antes dos Impostos		70.654	48.189	90.279	71.165
Imposto de renda	21	-	-	(7.749)	(7.844)
Contribuição social	21	-	-	(4.116)	(4.072)
Lucro Líquido do Exercício		70.654	48.189	78.414	59.249
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,6480	0,4420	-	-
Quantidade de ações ao final do exercício	16	109.031.967	109.031.967	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE INDIVIDUAL E CONSOLIDADO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Lucro Líquido do Exercício		70.654	48.189	78.414	59.249
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício		70.654	48.189	78.414	59.249

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO INDIVIDUAL E CONSOLIDADO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
1. Receita Bruta de Vendas		-	-	322.421	311.440
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	18	-	-	337.044	311.440
Ajuste do MRE, Aumento e Redução de Energia Assegurada		-	-	(14.623)	-
2. Insumos Adquiridos de Terceiros		455	504	33.743	29.642
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		-	28	9.106	21.528
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		455	476	21.864	8.046
Perda/recuperação de valores ativos		-	-	2.773	68
3. Valor Adicionado Bruto (1-2)		(455)	(504)	288.678	281.798
4. Depreciação e Amortização		7.760	7.731	33.440	33.260
5. Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)		(8.215)	(8.235)	255.238	248.538
6. Valor Adicionado Recebido em Transferência		171.007	151.852	12.788	12.829
Resultado de equivalência patrimonial	10	165.722	146.962	-	-
Receitas financeiras	20	5.286	4.890	12.788	12.829
7. Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)		162.792	143.617	268.026	261.367
8 - Distribuição do Valor Adicionado		162.792	143.617	268.026	261.367
Pessoal		2.346	2.128	18.990	16.720
Remuneração direta		2.084	2.128	14.855	14.346
Benefícios		262	-	3.069	1.384
F.G.T.S		-	-	1.066	990
Impostos, taxas e contribuições		168	156	27.337	27.061
Federais		157	153	27.162	26.877
Estaduais		5	2	52	101
Municipais		6	1	123	83
Remuneração de capitais de terceiros		89.624	93.144	143.285	158.337
Juros	20	89.615	93.067	140.689	155.835
Aluguéis		8	76	1.798	1.299
Outras		1	1	798	1.203
Remuneração de capitais próprios		70.654	48.189	78.414	59.249
Dividendos a pagar	16	16.780	12.605	16.780	12.605
Lucros retidos		53.874	35.584	61.634	46.644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL E CONSOLIDADO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		70.654	48.189	90.279	71.165
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Resultado na baixa de ativo imobilizado	11	-	-	3.453	1.978
Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	20	89.615	93.067	140.689	155.835
Depreciação e amortização		7.760	7.731	33.440	33.260
Equivalência patrimonial	10	(165.722)	(146.962)	-	-
Variações nos ativos e passivos					
Aumento em contas a receber		48	(34)	5.852	(721)
Redução (aumento) em adiantamento a funcionários		-	-	(24)	(55)
Redução (aumento) em impostos a compensar		540	(1.650)	1.083	(1.447)
Redução (aumento) em despesas antecipadas	(12)	9	(437)	(437)	(142)
Aumento em adiantamentos diversos		-	-	(94)	148
Aumento em depósitos judiciais		-	-	(1.380)	27
Aumento em impostos e contribuições diferidas		-	-	(984)	-
Aumento (redução) em fornecedores	(35)	(4)	(4)	6.985	2.268
Redução em obrigações trabalhistas e previdenciárias		3	(8)	82	32
Redução em impostos e contribuições a recolher		2	(7)	(18)	(255)
Aumento na provisão para férias e 13º salário		-	-	294	247
Aumento em outros passivos		28	120	609	(69)
Aumento em receita diferida		-	-	14.623	-
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		-	-	(12.701)	(12.077)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.881	451	281.751	250.194
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos					
Redução em ativos vinculados - BNDES		-	-	5.922	4.288
Dividendos recebidos	10	133.497	122.397	-	-
Aquisição de imobilizado					



BRASIL PCH

CNPJ nº 07.314.233/0001-08

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasil PCH S.A. ("Companhia") foi constituída em 23 de março de 2005, com sede na Rua São Bento 8, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, e iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, através da PCH Participações S.A., que participa com 99,99% de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), com capacidade total de operação de 291MW, com autorização da ANEEL para geração de energia em 30 anos.

A Companhia tem como objeto social qualquer atividade que seja relacionada à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em Acordo de Acionistas, e participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A contratação de energia gerada pelas 13 controladas indiretas se dá através de contratos de compra e venda firmados por cada uma das empresas com a Eletrobras / PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contratação de toda energia gerada, obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos a contar da data de entrada em operação. Segue-se um resumo informativo das 13 PCHs:

- Funil Energia S.A.
A PCH está localizada no Rio Guanhães, no Município de Dolores do Guanhães, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 22,5 MW e energia anual assegurada de 127,3 GWh, com investimento total de R\$91.071, iniciou sua operação comercial em 4 de março de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.
- São Joaquim Energia S.A.
A PCH está localizada no Rio Benevente, no Município de Alfredo Chaves, no Espírito Santo. Tem capacidade instalada de 21MW e energia anual assegurada de 116,3 GWh, com investimento total de R\$82.421, e iniciou sua operação comercial em 16 de abril de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de dezembro de 2030.
- Santa Fé Energética S.A.
A PCH está localizada no Rio Paraíba, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Santana do Deserto, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 30MW e energia anual assegurada de 228,6 GWh, com investimento total de R\$143.101, e iniciou sua operação comercial em 8 de maio de 2008 e o término de sua autorização se dará em 5 de novembro de 2032.
- Carangola Energia S.A.
A PCH está localizada no Rio Carangola, no Município de Carangola, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 15MW e energia anual assegurada de 83,8 GWh, com investimento total de R\$61.198, e iniciou sua operação comercial em 24 de junho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.
- Jataí Energética S.A.
A PCH está localizada no Rio Claro, no Município de Jataí, em Goiás. Tem capacidade instalada de 30MW e energia anual assegurada de 178,3 GWh, com investimento total de R\$113.974, e iniciou sua operação comercial em 29 de julho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de dezembro de 2032.
- Bonfante Energética S.A.
A PCH está localizada no Rio Paraíba, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Simão Pereira, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 19MW e energia anual assegurada de 118,0 GWh, com investimento total de R\$90.763, e iniciou sua operação comercial em 1º de agosto de 2008 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.
- Irara Energética S.A.
A PCH está localizada no Rio Doce, no Município de Rio Verde, em Goiás. Tem capacidade instalada de 30MW e energia anual assegurada de 159,5 GWh, com investimento total de R\$118.894, e iniciou sua operação comercial em 5 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 24 de setembro de 2032.
- Calheiros Energia S.A.
A PCH está localizada no Rio Itabapoana, entre os Municípios de Bom Jesus do Itabapoana, no Rio de Janeiro, e São José do Calçado, no Espírito Santo. Tem capacidade instalada de 19MW e energia anual assegurada de 95,6 GWh, com investimento total de R\$76.836, e iniciou sua operação comercial em 11 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 13 de janeiro de 2030.
- Caparaó Energia S.A.
A PCH está localizada no Rio Preto, entre os Municípios de Caiana Feliz, em Minas Gerais, e Dolores do Rio Preto, no Espírito Santo. Tem capacidade instalada de 4,5MW e energia anual assegurada de 22,8 GWh, com investimento total de R\$24.444 e iniciou sua operação comercial em 30 de dezembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 29 de dezembro de 2029.
- Monte Serrat Energética S.A.
A PCH está localizada no Rio Paraíba, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Simão Pereira, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 25MW e energia anual assegurada de 160,1 GWh, com investimento total de R\$132.690, e iniciou sua operação comercial em 12 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.
- São Simão Energia S.A.
A PCH está localizada no Rio Itapemirim, no Município de Alegre, no Espírito Santo. Tem capacidade instalada de 27MW e energia anual assegurada de 133,1 GWh, com investimento total de R\$105.342, e iniciou sua operação comercial em 16 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 22 de março de 2031.
- São Pedro Energia S.A.
A PCH está localizada no Rio Jucu Braço Norte, no Município de Domingos Martins, no Espírito Santo. Tem capacidade instalada de 30MW e energia anual assegurada de 161,2 GWh, com investimento total de R\$133.718, e iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 18 de novembro de 2033.
- Retiro Velho Energética S.A.
A PCH está localizada no Rio da Prata, no Município de Aporé, em Goiás. Tem capacidade instalada de 18MW e energia anual assegurada de 115,2 GWh, com investimento total de R\$109.641, e iniciou sua operação comercial em 18 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 12 de novembro de 2032.

(*) As informações de investimentos totais nas PCH's não foram examinadas pelos auditores independentes.

- 1.1. Mecanismo de Realocação de Energia
As controladas tem a totalidade da sua capacidade de geração hidrelétrica inserida no MRE, responsável por mitigar os riscos hidrológicos entre as usinas hidrelétricas que aderirem ao mesmo. Por força do PROINFA, todos os anos, sempre em setembro, as controladas informam a sazonalização para a ELETROBRÁS considerar no Plano Anual do PROINFA do ano seguinte.
As contabilizações são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassadas ao Agente de Comercialização do PROINFA (ELETROBRÁS), que, por sua vez, por força contratual repassa os seus efeitos às Companhias do GRUPO BRASIL PCH, no ano seguinte, em 12 parcelas.
Por meio do Despacho ANEEL/SEM nº 335/13, de 08/02/13, as empresas titulares de empreendimentos incluídos no MRE ficaram autorizadas a revisar a sazonalização dos montantes de garantia física para o exercício de 2013, até 15 de fevereiro de 2013. Contudo, a revisão da sazonalização não foi solicitada pela ELETROBRÁS às empresas do GRUPO BRASIL PCH. Os efeitos negativos da sazonalização ex-post informado pela ELETROBRÁS até o mês de outubro 2013 foi de R\$17.930, e a companhia projeta o valor de R\$12.936 para o exercício de 2013. A Administração acompanha o tema junto aos escritórios de advocacia para, caso necessário, adotar as providências cabíveis necessários.
- 1.2. Revisão da Garantia Física
As empresas Jataí Energética e Retiro Velho Energética através das Portarias MME nº 38, de 13 de junho de 2012 e nº 28, de 9 de maio de 2012, respectivamente, tiveram sua energia anual assegurada acrescida, fato que gerou aumento no volume de energia vendida ao PROINFA a partir de 1 de janeiro de 2013 e o respectivo aumento nas receitas auferidas a partir da data das Portarias. Entretanto, na empresa Jataí Energética ainda ficou pendente de autorização de parte do faturamento do acréscimo de receita de 2012, no valor de R\$730, que será realizado em 2014.
De acordo com o previsto na Portaria MME 463/2009, a partir do quadragésimo oitavo mês de operação comercial serão revisados anualmente e, em seguida, semestralmente, os montantes de garantia física dos empreendimentos que apresentarem desempenho inferior às metas de geração líquida estabelecidas em 80% e 90%, respectivamente. Estima-se a revisão para menor da garantia física da PCH Bonfante, em função da indisponibilidade verificada por danos na UG1, em passos de 5%, limitados a 10% do total, que deverão ser objeto de publicações pelo MME em janeiro e julho/2014, de modo que será percebido impacto financeiro apenas no exercício de 2015 da ordem de R\$2.250, sendo R\$375 referente aos ajustes de 2014 (1ª redução) e R\$1.875, referente à 2ª redução que iniciará a partir de 01/01/2015.
Estima-se a revisão para menor da garantia física da Caparaó (PCH Fumaça IV) em 5%, limitado a 10% do total, que deverão ser objeto de publicações pelo MME em janeiro/2014, de modo que será percebido impacto financeiro apenas no exercício de 2015 da ordem de R\$166, sendo R\$55 referente aos ajustes de 2014 (1ª redução) e R\$111 (2ª redução), referente aos efeitos da redução no próprio exercício de 2015.
Estima-se a revisão para menor da garantia física da PCH Monte Serrat, em função da indisponibilidade verificada por dano grade da tomada d'água da UG2, em passos de 5%, limitado a 10% do total, que deverão ser objeto de publicações pelo MME em julho/2014 e janeiro/2015, de modo que será percebido impacto financeiro apenas no exercício de 2015 da ordem de R\$817 (1ª Redução) e no exercício de 2016 da ordem de R\$1.584 (2ª Redução). Ainda, de maneira adicional, no ano de 2016 haverá o ajuste financeiro de R\$768 referente a 2ª redução da garantia física no período de julho/15 até dezembro/15.
Foram publicadas em 31/01/13 e 26/07/13, as Portarias MME - nº 020 e 63/13, que informaram as revisões para menor da garantia física da PCH Funil, em passos de 5%, não podendo ultrapassar o limite de 10% de redução, de modo que será percebido impacto financeiro somente no exercício de 2014 da ordem de R\$ 2.417, sendo R\$382 referente aos ajustes de 2013 (1ª redução) e R\$2.035, referente à 2ª redução que iniciará, no próprio exercício, a partir de 01 de janeiro de 2014.
- 1.3. Sinistro PCH Bonfante Energética S.A. e Monte Serrat
A unidade geradora da PCH Bonfante ficou indisponível no dia 7 de dezembro de 2012, devido a verificação de danos no multiplicador de velocidade. Em 21 de abril de 2013, a unidade geradora retomou parcialmente a produção, após reparos no multiplicador de velocidade.
Em 18 de novembro de 2013, houve nova interrupção da unidade em função da substituição de algumas peças. Em 04 de janeiro de 2014, a produção foi retomada, entretanto, em seguida havendo nova paralisação para correção de vazamento no circuito da unidade hidráulica de regulação - UHR, devidamente sanada em 18 de janeiro de 2014. Na avaliação da Administração, o limite de penalidade é de 10% referente a revisão de energia garantida descrita na nota explicativa 1.2.
Cabe ressaltar que no dia 13 de setembro de 2013 a seguradora - ACE Seguradora S/A - repassou o valor de R\$5 milhões a título de adiantamento de seguro, a fim de cobrir os gastos já incorridos com o sinistro. As negociações para o recebimento do valor final do sinistro (danos materiais e lucro cessantes) possui estimativa de encerramento para o primeiro semestre de 2014.
A unidade geradora II da PCH Monte Serrat se encontra indisponível desde o dia 19/12/2013, devido a verificações de danos na grade de proteção da unidade geradora II. Estão sendo tomadas todas as providências necessárias para o restabelecimento da unidade no menor prazo possível. A seguradora foi devidamente notificada e acompanha os trabalhos. Com a paralisação de uma de suas turbinas, a PCH não alcançará a meta de geração de energia prevista pela portaria MME 463/2009. Entretanto, a Administração considera que a penalidade que a PCH de Monte Serrat sofrerá uma redução de sua garantia física em 5% em 2015, limitada a 10%, conforme descrita na nota explicativa 1.2.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade
As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

2.2. Bases de elaboração
As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

a. Moeda funcional e moeda de apresentação
Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Instrumentos financeiros
i. Ativos financeiros não derivativos
A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

• Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Caixa e Equivalente de caixa
Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas no pagamento das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos
A Companhia e suas controladas reconhecem passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia e suas controladas tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

iii. Capital social
Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

b. Contas a receber de clientes
As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários, conforme legislação tributária vigente.

c. Investimentos
Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial.

d. Imobilizado
Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Considerando a conclusão das obras e o início das operações em março de 2008, aliado ao custo do imobilizado atender aos requerimentos do CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia manteve o custo histórico como base de mensuração do ativo fixo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposito por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

e. Depreciação
A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações das controladas indiretas da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNEAE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009 e 474, de 7 de fevereiro de 2012.

A Companhia e suas controladas consideram essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e, conforme avaliação da Administração do que consta nas Resoluções de autorização para estabelecimento como produtoras independentes, concedidas pela ANEEL a cada PCH, ao final do prazo dessas autorizações, caso não sejam renovadas, o valor residual dos bens será indenizado às Companhias.

A Administração considera provável a renovação de autorizações, considerando a renovação concedida a terceiros conforme Portarias MME nº 956/10 e nº 197/12, autorizando a prorrogação das PCH's Pacífico Mascarenhas e San Juan, respectivamente, por mais 20 anos, condicionada à realização de pequena melhoria operacional, o que a Administração entende demonstrar a evidência concreta de possibilidade de prorrogação de autorização de PCH por mais 20 anos, entendendo assim estar em linha com os requerimentos do CPC 04 e OCP 05.

Autorização e indenização
A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (conforme descrito na Nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

f. Intangível
Registrado ao custo de formação. A amortização é calculada a contar da data do início do prazo de vigência de cada evento.

g. Diferido
Registrado ao custo de formação. Na controladora, a amortização é calculada de forma proporcional em relação a cada controlada indireta (PCHs), desde a data do início de suas operações pelo prazo de dez anos. Nas controladas indiretas, registra as despesas pré-operacionais até 31 de dezembro de 2008 e a amortização é calculada desde a data do início de suas operações pelo prazo de cinco anos.

A Companhia e suas controladas optaram por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização.

Em atendimento ao CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41, que determina que para fins de demonstrações consolidadas, o efeito da manutenção dos saldos de ativo diferido deve ser totalmente eliminado.

h. Valor recuperável de ativos
O imobilizado, intangível e o diferido têm o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. A Companhia e suas controladas não apuraram nenhuma indicação de perda que requeresse a contabilização de provisões para ajuste desses ativos ao seu valor de recuperação.

i. Provisões
Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui obrigação legal ou constituída em resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

j. Apuração do resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

k. Receita operacional
A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando a energia é gerada e a titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia e suas controladas.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

m. Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia e da controlada direta PCH Participações S.A. são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social das demais controladas indiretas são calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, cujas alíquotas aplicáveis sobre a receita brutas para apuração da base de cálculo são de 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social.

n. Demonstração do valor adicionado
A Companhia e suas controladas elaboraram demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado (CPC 09), as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis.

o. Resultado por ação
O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado por período atribuível aos acionistas sobre as ações ordinárias e preferenciais em circulação no período. O resultado por ação diluído é igual ao básico nos exercícios de 2013 e 2012.

p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas
Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, sendo essas:

IFRS 9
Modificações às IFRS 9 e IFRS 7
Modificações às IFRS 10, 12 e IAS 27
Modificações à IAS 32

Instrumentos Financeiros²
Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição²
Entidades de Investimento¹
Compensação de Ativos e Passivos Financeiros¹

¹ Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

² Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

A Administração da Companhia espera que nenhum desses novos Pronunciamentos tenham efeito material sobre as demonstrações contábeis.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia e suas controladas avaliaram e consideraram relevante a exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito
O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e suas controladas indiretas a incorrer em perdas financeiras. O contas a receber de clientes é formado por um único cliente - Eletrobras via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito e moeda, ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 7.

• Risco mercado
Por meio de suas atividades, a Companhia e suas controladas indiretas ficam expostas principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas dos índices econômicos IGP-M (índice de reajuste do contrato de financiamento junto à Petros) e TJLP (índice de reajuste do contrato de financiamento junto ao BNDES). A Companhia e suas controladas administram e mensuram esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado.

• Risco operacional
O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. As controladas indiretas da Companhia realizam as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, as controladas indiretas da Companhia contrataram cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, conforme Nota Explicativa nº 23.

• Risco de liquidez
A Companhia e suas controladas utilizam o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa. O excedente de caixa é aplicado imediatamente no mercado financeiro em Certificado de Depósito Bancário (CDI) a taxas que variam de 96,5% a 101,8% em bancos de primeira linha. Assim, garantem um caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias de curto e longo prazos, excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas.

• Risco de juros
Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas indiretas avaliam que os riscos das aplicações financeiras de seus disponibilidades são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,8% do CDI, conforme apresentado nas Notas Explicativas nº 6.

Os passivos financeiros existentes abrangem basicamente saldos de financiamentos obtidos pela Companhia e suas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Petros respectivamente, conforme apresentado nas Notas Explicativas nº 14 e 15.

Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia e suas controladas está apresentada na Nota Explicativa nº 22.

• Gestão de capital
A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, do credor e do mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração.

A Administração entende que a exposição da Companhia e suas controladas a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

**BRASIL PCH**

CNPJ nº 07.314.233/0001-08

5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da sua controlada direta PCH Participações S.A. e as de suas controladas indiretas: Bonfante Energética S.A., Calheiros Energia S.A., Caparaó Energia S.A., Carangola Energia S.A., Funil Energia S.A., Irara Energética S.A., Jataí Energética S.A., Monte Serrat Energética S.A., Retiro Velho Energética S.A., Santa Fé Energética S.A., São Joaquim Energia S.A., São Pedro Energia S.A. e São Simão Energia S.A.; a participação no capital é de 99,99%.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos das contas dos ativos, passivos, despesas e receitas entre as empresas consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações financeiras da controlada direta são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado entre a controladora e consolidado

	31/12/13	31/12/12
Patrimônio líquido	178.160	164.836
Saldo da controladora		
Ativo diferido da controladora das controladas baixado somente no consolidado de acordo com o CPC 43(R1) - Adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41 (Nota 13).	(36.801)	(46.605)
Saldo do consolidado	141.359	118.231
Resultado	31/12/13	31/12/12
Controladora	70.654	48.189
Amortização do diferido	7.760	11.060
Consolidado	78.414	59.249

6. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Controladora	Consolidado
	31/12/13	31/12/12
Caixa	-	6
Bancos	3	113
Aplicações financeiras	110.136	88.641
	110.139	88.754
	123.900	97.952
	124.095	98.740

As aplicações financeiras de liquidez imediata em CDB - DI, com risco insignificante de perda de valor, junto aos Bancos do Brasil e Santander, são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem compromisso de recompra a qualquer momento.

7. CONTAS A RECEBER

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pelas controladas indiretas da Companhia (PCHs), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte.

As PCHs registram o valor a receber referente à energia faturada conforme contratado pelo PROINFA.

O período médio de crédito no contas a receber é de 35 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber. As suas controladas indiretas não constituíram uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em sua experiência histórica de realização de 100% do contas a receber passados e da análise da situação financeira atual de seu único devedor - Eletrobrás, inexistindo contas vencidas na data das demonstrações contábeis.

8. ATIVOS VINCULADOS - BNDES

O saldo registrado em 31 de dezembro, refere-se aos recursos recebidos pelas controladas indiretas, decorrentes da venda de energia gerada, e que estão vinculados ao BNDES. Esses ativos estão classificados como instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado.

Conforme descrito na Nota explicativa nº 14, o BNDES exige como garantia do financiamento a constituição, pelas controladas, de conta de reserva vinculada. Esta conta é uma aplicação financeira no Fundo BB Comercial 17, com taxas que variaram entre 93,0% e 100,6%, do CDI, de liquidez imediata e baixo risco, junto ao Banco do Brasil, que é a instituição financeira aprovada pelo BNDES para atuar como administradora das contas. Essa conta deverá ser utilizada para pagamento das parcelas do referido financiamento.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO

Algumas controladas indiretas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a posse definitiva de terrenos ora tomados por terceiros. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs, das linhas de transmissão e de obras para uso público. De acordo com a posição dos advogados, nos processos em que os depósitos atualizados não são suficientes para fazer face as indenizações de terras, as controladas indiretas registram no Passivo uma provisão adicional em contrapartida com o ativo em processo de aquisição. Quando a posse definitiva desses terrenos for legalmente transferida para as controladas indiretas da Companhia o valor dos respectivos depósitos quando levantados será atribuído aos terrenos adquiridos que serão contabilizados como ativo imobilizado dessas controladas indiretas. Em 31 de dezembro de 2013, o valor dos depósitos judiciais é de R\$8.895 (R\$7.515 em 31 de dezembro de 2012).

10. INVESTIMENTOS E PARTES RELACIONADAS

O controle da Companhia é exercido pelos acionistas Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e Bloco Original (composto pelas empresas BSB Energética S.A. e Eletroriver S.A.), conforme estabelecido em acordo de acionistas.

Conforme já comentado na Nota Explicativa nº 1, a Brasil PCH S.A. detém o controle individual com 99,99% de participação da PCH Participações S.A. que, por sua vez, controla individualmente, com 99,99% de participação, as 13 PCHs.

Movimentação dos saldos

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
No início do exercício	535.067	540.816
Adiantamentos para aumento de capital capitalizados	-	35.388
Dividendos recebidos	(16.640)	(71.612)
Dividendos a receber	(132.596)	(116.495)
Equivalência patrimonial	165.722	146.962
No fim do exercício	551.193	535.067

a. Informações da investida direta - PCH Participações S.A.

	31/12/13	31/12/12
Capital subscrito	402.375	402.375
Quantidade de ações ordinárias	327.813.400	327.813.400
Patrimônio líquido	551.193	535.068
Resultado do exercício	165.722	146.962
Participação no capital social	99,99%	99,99%

b. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as transações com partes relacionadas estão representadas como se segue:

	2013	2012
Ativo circulante		
PCH Participações S.A. (i)	132.596	116.495

Referem-se a (i) dividendos a receber.

c. Remuneração da Administração

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 05 de março de 2013, foi aprovada a remuneração global da Administração da Companhia para o período de janeiro a dezembro de 2013 em, no máximo, R\$2.300 (R\$2.100 em 2012) na controladora e R\$ 3.210 no Consolidado. A Diretoria da Companhia é formada por quatro diretores com remuneração anual de R\$2.284 na Controladora e R\$ 2.935 no Consolidado.

11. IMOBILIZADO

a. Composição do imobilizado

		Consolidado	
		31/12/13	31/12/12
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	-	73.456	-
Turbina hidráulica	2,50%	140.658	17.407
Conduto forçado	3,13%	63.100	9.362
Gerador	3,33%	93.683	16.102
Comporta	3,33%	37.127	6.454
Subestação unitária	3,57%	74.528	13.868
Estrutura de tensão	3,57%	36.487	4.287
Casa de força produção hidráulica	2,00%	413.688	42.506
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	330.129	32.588
Adiantamento a fornecedores	-	18.989	1.446
Outros	3,65%	81.179	16.091
		1.363.024	1.202.913

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e conforme consta na Resolução nº 233, de 27 de junho de 2005, da ANEEL, a qual concede a PCH a autorização para se estabelecer como produtora independente, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação de autorização por mais 20 anos.

b. Mutação do ativo imobilizado

Descrição	31/12/12	Adições	Baixas	Transferências	31/12/13
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	46.953	65	(22)	(2.035)	44.961
Turbina hidráulica	157.745	983	(230)	(1.230)	157.268
Conduto forçado	43.441	9	(8)	-	43.442
Gerador	103.785	244	(25)	(128)	103.876
Comporta	32.432	-	-	(20)	32.412
Subestação unitária	77.670	22	(8)	-	77.684
Estrutura de tensão	27.332	-	(6)	18	27.344
Casa de força produção hidráulica	432.787	2.195	(9)	176	435.149
Reservatório, barragem, adutora	303.968	2.449	(327)	2.014	308.104
Adiantamento a fornecedores	16.271	1.998	(1.258)	572	17.583
Outros	77.518	1.728	(83)	633	79.796
	1.319.902	9.693	(1.978)	-	1.327.617
Depreciação	(95.976)	(32.281)	(1.472)	-	(129.729)
Saldo	1.223.926	(22.588)	(3.450)	-	1.197.888

c. Mutação do ativo imobilizado

Descrição	31/12/12	Adições	Baixas	Transferências	31/12/13
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	44.961	28.699	-	(204)	73.456
Turbina hidráulica	157.268	5.403	(1.573)	(398)	160.700
Conduto forçado	43.119	-	-	(61)	43.058
Gerador	103.876	1.223	-	(58)	105.041
Comporta	32.412	69	(787)	(77)	31.617
Subestação unitária	77.684	185	-	(507)	77.362
Estrutura de tensão	27.344	717	(64)	(192)	27.805
Casa de força produção hidráulica	435.149	4.469	(37)	1.724	441.305
Reservatório, barragem, adutora	308.104	13.011	(4)	(3.194)	317.917
Adiantamento a fornecedores	17.582	118	(18.075)	3.959	3.584
Outros	80.120	3.039	(988)	(992)	81.179
	1.327.619	56.933	(21.528)	-	1.363.024
Depreciação	(129.731)	(31.702)	1.322	-	(160.111)
Saldo	1.197.888	25.231	(20.206)	-	1.202.913

No exercício de 2013, a Companhia revisou os saldos de adiantamentos a fornecedores e reconciliou com os valores em aberto, no passivo na conta de fornecedores, resultando na baixa de R\$18.075 do saldo existente em 31 de dezembro de 2013. Ressalta-se que a Administração da Companhia permanece em negociação com os EPCistas para o encerramento e obtenção do termo de quitação do contrato EPC. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta de fornecedores reflete o atual estágio das referidas negociações e, na ausência da Administração, não haverá quaisquer passivos adicionais até a obtenção do termo de quitação previsto para ocorrer durante o exercício de 2014.

12. INTANGÍVEL

Refere-se aos programas ambientais constantes nas licenças de operação, provisão para processo de indenização de terras, gastos para regularização de servidões que ainda não foram registradas no RGI (valores estimados em 31 de dezembro de 2013 - R\$17.165, R\$838 e R\$928 respectivamente), e software R\$573.

13. DIFERIDO

O saldo está representado como se segue:

	Controladora	
	31/12/13	31/12/12
Encargos financeiros	75.735	75.735
Amortização acumulada	(39.182)	(31.609)
	36.553	44.126

Os encargos financeiros referem-se aos juros e às atualizações monetárias dos empréstimos obtidos pela Companhia especificamente para financiar os projetos das PCHs. Inicialmente, o projeto de construção das PCHs foi elaborado considerando que essas seriam filiais da Brasil PCH S.A. e não empresas individuais, portanto, os empréstimos foram negociados diretamente pela Companhia.

Em atendimento ao CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41, que determina que para fins de demonstrações consolidadas, o efeito da manutenção dos saldos de ativo diferido deve ser totalmente eliminado, e o seu efeito está sendo apresentado na Nota explicativa nº 5.

14. FINANCIAMENTOS

	Indexador	Consolidado	
		31/12/13	31/12/12
BNDES:			
Principal	TJLP + 3,5% a.a.	437.426	516.764
Encargos		140.207	140.465
Total		577.633	657.229
Parcela de curto prazo		83.137	83.935
Parcela de longo prazo		494.496	573.294
Total		577.633	657.229

Em 13 de abril de 2006, as 13 PCHs, visando buscar recursos para implementação do projeto, firmaram contrato de financiamento junto ao BNDES. A dívida (principal e juros) decorrente desse contrato está sendo paga ao BNDES em 144 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal e juros atualizados, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas.

2015	70.642
2016	70.642
2017	70.642
2018	70.642
2019 a 2021	211.928
	494.496

Mutação dos financiamentos em 2013

Saldo inicial	657.229
Encargos provisionados	51.074
Pagamentos	(130.670)
Saldo final	577.633

As garantias são conforme se segue:

a. Pela Brasil PCH S.A.

Oferece em penhor, em caráter irrevogável e irratratável, as ações emitidas pela PCH Participações S.A. de propriedade da Brasil PCH S.A., podendo o BNDES, no caso de inadimplemento da beneficiária, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo do exercício de quaisquer direitos ou medidas judiciais cabíveis, alienar toda e qualquer parte das ações empenhadas em seu favor, por meio de venda amigável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações financeiras decorrentes da presente operação, devendo deduzir todas as despesas e os tributos eventualmente incidentes e entregar aos acionistas o que eventualmente sobejar.

b. Pela PCH Participações S.A.

(i) Oferece em penhor, em caráter irrevogável e irratratável, as ações emitidas pelas PCHs de propriedade da PCH Participações S.A., podendo o BNDES, no caso de inadimplemento da beneficiária, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo do exercício de quaisquer direitos ou medidas judiciais cabíveis, alienar toda e qualquer parte das ações empenhadas em seu favor, por meio de venda amigável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações financeiras decorrentes da presente operação, devendo deduzir todas as despesas e os tributos eventualmente incidentes e entregar aos acionistas o que eventualmente sobejar;

(ii) Constituição da conta reserva especial vinculada ao que exceder as contas de reservas do serviço da dívida das beneficiárias, proveniente da venda de energia à Eletrobras. Estando as contas de reservas das beneficiárias preenchidas, a conta de reserva especial deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação vencida acumulada para as 13 PCHs. As contas deverão ser abertas em instituição financeira, que atuará como banco administrador de contas, indicada pela beneficiária e aprovada pelo BNDES;

(iii) Não deliberar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio pelo prazo de 12 meses após a entrada de operação da última PCH e enquanto a conta de reserva especial não estiver preenchida durante todo prazo do contrato de financiamento.

c. Pelas beneficiárias (13 PCHs)

(i) Em 4 de abril de 2006, através de contrato suporte com o BNDES, todos os acionistas da Brasil PCH S.A., controladora indireta das PCHs, se comprometeram em honrar qualquer deficiência que afete a capacidade de cumprimento das obrigações da Companhia e de suas controladas direta e indiretas até a quitação das obrigações junto ao BNDES;

(ii) Em 13 de abril de 2006, foi pactuado contrato de penhor das ações e vinculação das receitas e outras avênças com o BNDES para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desses contratos;

(iii) Constituição de conta de reserva do serviço da dívida, proveniente da venda de energia à Eletrobras, aberta em instituição financeira (Banco Real S.A.), que atuará como banco administrador de contas, indicada pela Companhia e aprovada pelo BNDES, e deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação;

(iv) A propriedade fiduciária das máquinas e dos equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação;

(v) Não realização, sem autorização do BNDES, de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio enquanto não estiver preenchida a conta "Reserva do serviço da dívida", mencionada no item (iii) acima.

Em 31 de dezembro de 2013 as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento estão sendo cumpridas pela Companhia e suas controladas.

15. EMPRÉSTIMOS - CCBS - PETROS

	Indexador	Controladora e Consolidado	
		31/12/13	31/12/12
Cédulas de crédito bancário (CCBs):	IGP-M + 9,9% a.a.		
Principal		232.800	260.800
Encargos		389.479	340.062
Total		622.279	600.862
Parcela de curto prazo - CCB - Petros		78.059	67.318
Parcela de longo prazo - CCB - Petros		544.220	533.544
Total		622.279	600.862

Em 28 de fevereiro de 2007, no montante de R\$192.000, em 28 de agosto de 2008, no montante de R\$50.000 e em 30 de junho de 2008, no montante de R\$38.000, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de CCBs de longo prazo em favor do Banco ABN AMRO Real S.A., que foram transferidas pelo Banco ABN AMRO Real S.A. à Fundação Petros, com o objetivo principal de substituir a dívida de curto prazo anteriormente contratada através de Notas Promissórias.

Estas CCBs serão pagas em dez parcelas anuais de principal e juros, amortizadas pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), a partir de 12 de março de 2012, considerados os quatro anos de carência.

2015	68.028
2016	68.028
2017	68.028
2018	68.028
2019 a 2022	272.108
	544.220

Mutação dos financiamentos em 2013

Saldo inicial	600.862
Encargos provisionados	89.615
Pagamentos	(68.198)
Saldo final	622.279

As garantias são conforme se segue:

(i) Penhor sobre as ações ordinárias de emissão da Brasil PCH S.A., nos termos do Contrato de Penhor celebrado entre Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, a Eletroriver S.A., a BSB Energética S.A., a Jopelba S.A., o Banco ABN AMRO Real S.A. e a Brasil PCH S.A.;

(ii) Após o período de construção, deverá utilizar os valores recebidos a título de dividendos, em razão de sua participação na PCH Participações S.A., preferencialmente para o integral pagamento de todos os valores devidos de acordo com essa Cédula, nas datas de vencimento.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O artigo 5º do Estatuto da Controladora informa a existência de um capital aprovado da ordem de R\$109.032. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social subscrito e integralizado é de R\$109.032, está representado por 109.031.967 ações, sendo 94.187.831 ordinárias, nominativas e sem valor nominal, 5.875.804 preferenciais classe A e 8.968.332 preferenciais classe B.

As ações preferenciais classe A são nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem direito a voto e com prioridade no recebimento dos dividendos fixos e cumulativos, além da prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, até o limite legal, e serão resgatadas, a partir de 2015 até 2018, 25% da totalidade das ações, anualmente, com redução de capital e pelo preço de emissão dessas ações

**BRASIL PCH**

CNPJ nº 07.314.233/0001-08

Lucro do Exercício	70.654
(=) Base de cálculo	70.654
(-) Reserva Legal	(3.533)
(=) Base de cálculo do Dividendo	67.121
Dividendos obrigatórios	16.780
Remuneração das ações preferenciais	7.375
Reserva de Retenção de Lucros	42.966

De acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, os dividendos das ações preferenciais ("Remuneração do Capital") são calculados a partir da data de integralização das ações, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, aplicando-se a variação do número índice do IGP-M sobre o valor base das ações durante o exercício considerado, acrescida de encargos à taxa efetiva de 14% ao ano, calculados *pro rata temporis*, devendo os dividendos ser pagos até cinco dias úteis contados da data de encerramento do respectivo exercício, exceto pelo seguinte:

* Os valores apurados até 30 de junho de 2009 serão pagos, no caso das ações preferenciais classe A, a partir de 2015, quando do resgate das ações, e no caso das ações preferenciais classe B, 50% dentro de cinco dias úteis após o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e outros 50% a partir de 2014 por ocasião do resgate das ações (divida de dividendos registrados no passivo não circulante).

Baseados em uma reanálise das cláusulas presentes no Acordo de Acionistas, foi alterada, a partir do período findo em 30 de junho de 2009, a metodologia de cálculo a ser aplicada à remuneração de capital dos acionistas detentores de ações preferenciais da Companhia, sendo utilizado como valor base das ações o conceito de "preço de emissão", o qual corresponde ao preço total que o acionista subscritor se obrigou a pagar à Companhia emissora no momento da subscrição das respectivas ações preferenciais, ou seja, o seu preço de subscrição. Em 2013, foram pagos dividendos atualizados no montante de R\$7.695 (R\$7.226 em 2012).

17. CONTINGÊNCIAS

A Companhia e as suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, ambientais e de caráter comercial.

Conforme mencionado na nota explicativa 9, as controladas são parte em ações cíveis que tramitam em juízo correspondem às questões relativas à definição do valor das indenizações dos direitos de passagem aos proprietários de terras e a posse definitiva de terrenos. Os valores envolvidos, normalmente, são depositados em juízo e reconhecidos como custo do imobilizado e intangível.

Com base na posição de seus assessores jurídicos, não há processos envolvendo a Companhia ou suas controladas em que a probabilidade de perda seja classificada como provável. Dessa forma, nenhuma provisão para contingências foi constituída.

Na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com processos de naturezas semelhantes, as suas controladas indiretas são parte de processos judiciais natureza tributária, cível, trabalhista e administrativa, que apresentam risco possível de desembolso futuro no valor de R\$2.240 e, portanto, não foram provisionadas, sendo apenas evidenciado em notas explicativas.

Existe uma ação de execução fiscal da Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves contra a PCH São Joaquim no valor de R\$1.403, classificada pelo advogado como perda possível, relativo a débitos fiscais de responsabilidade da construtora Schahin, quando do período das obras. A PCH São Joaquim tem como garantia desta obrigação um contrato de confissão de dívida fiscal, onde a Schahin se responsabiliza por qualquer prejuízo desta execução fiscal. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas não receberam qualquer notificação de órgãos públicos das esferas fiscal, ambiental ou regulatória que pudesse resultar em penalidades futuras.

18. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/13	31/12/12
Receita operacional bruta:		
Venda de energia elétrica	337.044	311.440
Ajuste de MRE, aumento e redução da energia anual assegurada	(14.623)	-
	<u>322.421</u>	<u>311.440</u>

Deduções à receita operacional:

PIS	(2.191)	(2.022)
COFINS	(10.110)	(9.345)
	<u>(12.301)</u>	<u>(11.367)</u>

Deduções ao ajuste MRE

PIS Diferido	95	-
COFINS Diferido	439	-
	<u>534</u>	<u>-</u>

Receita operacional líquida

	<u>310.654</u>	<u>300.073</u>
--	----------------	----------------

19. DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Despesas com pessoal	2.492	2.388	9.343	8.865
Serviços de terceiros	283	299	2.139	2.897
Viagens	4	2	361	493
Publicação	102	67	829	549
Arrendamentos e aluguéis	8	11	1.360	1.320
Outras despesas administrativas	89	97	3.123	1.495
Outras despesas operacionais líquida (*)	-	-	1.777	-
	<u>2.978</u>	<u>2.864</u>	<u>18.932</u>	<u>15.619</u>

(*) Refere-se aos valores da Baixa do multiplicador de velocidade da Bonfante Energética, baixa da grade de proteção de Monte Serrat e baixa no Ativo Imobilizado da transferência da Linha de Transmissão de Retiro Velho para a ENERSUL.

20. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12
Despesas financeiras:				
Despesas bancárias	(1)	(1)	(20)	(127)
Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(89.615)	(93.067)	(140.689)	(155.835)
Outras despesas	-	-	(264)	(1.062)
	<u>(89.616)</u>	<u>(93.068)</u>	<u>(140.973)</u>	<u>(157.024)</u>

Receitas financeiras:

Rendimentos de aplicações em renda fixa	5.014	4.673	12.083	12.537
Outras receitas	272	217	706	292
	<u>5.286</u>	<u>4.890</u>	<u>12.789</u>	<u>12.829</u>

Resultado financeiro

	<u>(84.330)</u>	<u>(88.178)</u>	<u>(128.184)</u>	<u>(144.195)</u>
--	-----------------	-----------------	------------------	------------------

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/13	31/12/12
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	70.654	48.189
(-)Exclusões permanentes		
01. Ganho de equivalência patrimonial	(165.722)	(146.962)
Base de apuração do lucro real	(95.068)	(98.773)
Alíquota nominal	34%	34%
Crédito de IRPJ e CSLL sob prejuízo fiscais e base negativa	(32.323)	(33.583)
Crédito não constituído	(32.323)	33.583

Efeito total de IRPJ e CSLL no resultado

	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>

Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	90.279	71.165
Imposto de Renda e Contribuição Social as taxas de 34%	(30.695)	(24.196)
Efeito da base de cálculo das empresas tributadas pelo lucro presumido	(16.565)	(21.301)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	451	-
IRPJ/CSLL não constituídos	34.948	33.583
Outros ajustes	(4)	(2)
IR/CSLL do Período	(11.865)	(11.916)

A Controladora possui prejuízo líquido e base negativa de contribuição social, no montante acumulado de R\$429 milhões. Em função de não haver expectativa futura de geração de base tributária, a recuperação desses créditos fiscais é remota, motivo pelo qual não foram constituídos créditos fiscais diferidos sobre tais valores.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da Brasil PCH S.A. Rio de Janeiro - RJ.

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Brasil PCH S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ações preferenciais resgatáveis

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16 às demonstrações contábeis, a Companhia emitiu ações preferenciais resgatáveis, no montante de R\$24.000 mil, as quais têm data definida para resgate. De acordo com o CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação (CPC 39), este valor deveria estar registrado no passivo circulante e não circulante por não ser caracterizado como instrumento patrimonial. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2013, o passivo está diminuído e o patrimônio líquido está aumentado em R\$24.000 mil e o lucro líquido do exercício está aumentado em R\$4.108 mil, devido ao fato que a remuneração dessas ações deveria ter sido tratada como despesa no resultado do exercício.

22. INSTRUMENTO FINANCEIROS

Os valores contábeis referentes aos ativos e passivos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, se aproximam, substancialmente, dos seus correspondentes valores de mercado. A Companhia não efetuou operações com derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Abaixo está demonstrada uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros que representam risco para a Companhia e suas controladas. O cenário provável representa o valor justo dos instrumentos financeiros, considerando a projeção das variáveis de risco para um período de 12 meses. Os cenários possível e remoto consideram a deterioração dos preços na variável de risco de 25% e 50% respectivamente, em relação a esta mesma data. O cenário base foi obtido através de premissas disponíveis no mercado e considera a variação para 31 de dezembro de 2014: CDI (10,40%), IGPM (6,01%) e TJLP (5%).

Operação	Exposição	Risco	Impacto	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	31/12/13			(Provável)	(Deterioração de 25%)	(Deterioração de 50%)
Aplicação Financeira	110.136	Baixa do CDI	Resultado	11.454	8.591	5.727
Empréstimos Petros	(622.279)	Alta do IGPM	Resultado	(37.399)	(46.749)	(56.098)
Dividendos ações preferenciais	(14.101)	Alta do IGPM	Resultado	(847)	(1.059)	(1.271)

Operação	Exposição	Risco	Impacto	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	31/12/13			(Provável)	(Deterioração de 25%)	(Deterioração de 50%)
Aplicação Financeira	123.900	Baixa do CDI	Resultado	12.886	9.664	6.443
Ativos Vinculados ao BNDES	65.657	Baixa do CDI	Resultado	6.828	5.121	3.414
Empréstimos Petros	(622.279)	Alta do IGPM	Resultado	(37.399)	(46.749)	(56.098)
Dividendos ações preferenciais	(14.101)	Alta do IGPM	Resultado	(847)	(1.059)	(1.271)
Financiamentos BNDES	(577.633)	Alta da TJLP	Resultado	(28.882)	(36.102)	(43.322)

23. COBERTURA DE SEGURO

Seguro Directors & Officers (D&O)

A Companhia contratou, para ela e suas controladas (direta e indiretas), a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 28 de abril de 2014 e cobertura no montante de R\$26.711, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Seguro de responsabilidade civil

As 13 PCHs, controladas indiretas da Companhia, contrataram cobertura de seguro no valor de R\$33.858 mil com vigência até 28 de abril de 2014 para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

Seguro de operação

Em 28/04/2013, com vigência até 28/04/2014, as controladas indiretas, renovaram a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$1.491.024 e lucros cessantes no montante de R\$342.514, considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

(*) A avaliação da Administração quanto a adequação das coberturas dos seguros das controladas não foi examinada pelos auditores independentes.

24. COMPROMISSO

i. Licença de Implantação - Para cumprir as exigências da Licença de Implantação, a Companhia e suas controladas precisam ainda adquirir aproximadamente 669,23 hectares para plantio das áreas de preservação permanente - APP no entorno dos reservatórios, a serem adquiridas até 2017, com base nos PACUERAS aprovados. Foi estimado um desembolso da ordem de R\$16.633, para aquisição destas áreas. Em 31 de dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante.

ii. Existem ainda 1.058,66 hectares a serem reforestadas que aguardam aprovação dos respectivos PACUERAS pelos agentes licenciadores competentes. Foi estimado um desembolso da ordem de R\$11.361, para os próximos exercícios, após aprovação dos agentes licenciadores. Em 31 de dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante.

iii. Resta pendente a quitação a Compensação Ambiental (Lei nº 9.985/2000 - SNUC), pela empresa Carangola Energia R\$307 que, de momento, dependem de deliberação do agente Licenciador quanto ao pleito de pagamento, e assinatura de convênio, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante.

iv. Licença de Operação - Todas as Licenças de Operação estão válidas e em vigor. Para atendimento dos programas ambientais nelas previstos, foi estimado um gasto total até o prazo de vigência da licença, em R\$17.165. Em 31 de dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante.

v. Depósitos Judiciais - A Companhia e suas controladas realizaram um levantamento por depósito identificando se os mesmos já possuíam laudos periciais, bem como atualizou monetariamente com base nos índices divulgados pelos respectivos tribunais, apurando uma diferença de R\$12.447. Em 31 de dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante.

vi. Legalização de terras - A Companhia e suas controladas possuem contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no RGI ainda precisam ser regularizadas, com um gasto estimado em R\$1.392. A regularização dessas terras se estenderá até junho de 2015, em função das peculiaridades de cada situação. Em dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante.

25. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de janeiro de 2014.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ronaldo Batista Assunção - Presidente
Paulo Celso Guerra Lage - Vice-Presidente
Renato de Andrade Costa - Conselheiro
Luiz Alberto Benevides Barbosa - Conselheiro

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL

José Guilherme Antloga do Nascimento - Presidente
Cláudia Monteiro Dias - Conselheira
Antonio Walter dos Santos Pinheiro - Conselheiro.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Marcos Gratacós Nóbrega - Diretor-Presidente
Márcio Barata Diniz - Diretor
Abelardo Martins de Mello - Diretor Financeiro e Administrativo
Walter Nunes Seijo Neto - Diretor.
Natália Moreira dos Santos - Contadora - CRC RJ - 104518/O-5.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da BRASIL PCH S.A., no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram: (i) o Relatório de Administração; (ii) as Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores Independentes (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013; (iii) os Relatórios Complementares de Controle Interno referentes aos exercícios findos em 30 de junho de 2013 e em 31 de dezembro de 2013; e (iv) outros documentos e esclarecimentos encaminhados pela Administração da Companhia. Após verificarmos que os documentos retro mencionados refletem a situação econômico-financeira da Empresa e, considerando também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e de seus Auditores Independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, favoravelmente à aprovação dos mesmos na Assembleia Geral Ordinária

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2014

José Guilherme Antloga do Nascimento - Presidente
Antonio Walter dos Santos Pinheiro - Conselheiro
Cláudia Monteiro Dias - Conselheira

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para a opinião com ressalva", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Brasil PCH S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.e e 11, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados nas referidas notas. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Impacto da ocorrência de sinistros sobre as operações de controladas

Após o do exercício de 2013, as controladas Bonfante Energética S.A. e Monte Serrat Sinérgica S.A. tiveram paralisações na geração de energia por conta de sinistros ocorridos nos seus equipamentos. Os reflexos dessas paralisações foram avaliados pela Administração e estão descritos na nota explicativa nº 1.3 às demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "Base para a opinião com ressalva", estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2014

Deloitte

Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4